



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência, desde a sua fundação em 1981, apresenta crescimento contínuo no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores e seguros, retribuindo a confiança de seus participantes e segurados e a sólida posição conquistada no mercado.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

O Lucro Líquido do exercício de 2013 foi de R\$ 2,395 bilhões e o Patrimônio Líquido somou R\$ 5,349 bilhões.

As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, apresentaram crescimento de 6,89%, totalizando no exercício R\$ 22,307 bilhões (R\$ 20,870 bilhões em 2012). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 4,401 bilhões, aumento de 11,98% (R\$ 3,930 bilhões em 2012).

As Provisões Técnicas cresceram 10,02%, somando R\$ 119,228 bilhões (R\$ 108,371 bilhões em 2012), e os Investimentos 6,16%, atingindo R\$ 124,651 bilhões (R\$ 117,417 bilhões em 2012).

Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre, participando com 29,73% do mercado, e deteve 17,08% dos prêmios de seguros de Pessoas, dados divulgados pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em novembro de 2013.

A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, deteve 32,14% do total do mercado, conforme dados divulgados pela Fenaprevi - Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, em novembro de 2013.

Distribuição de Dividendos e Eventos Societários

Informações sobre distribuição de dividendos e eventos societários constam das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Investimento

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, a Bradesco Vida e Previdência declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados nos mercados nacional e internacional, e em atendimento à legislação vigente, possui um departamento independente denominado de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura do Banco Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acultramento de gestão de risco e capital nos vários níveis de atuação nas empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, até que o CNSP regule as regras de requerimento de capital de risco pertinentes a todos os riscos previstos na legislação, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base, o capital de risco e a margem de solvência, conforme Resolução CNSP nº 282/13.

Governança Corporativa

Em consonância com as boas práticas de governança corporativa, com base nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente aperfeiçoar sua estrutura de gestão empresarial, a fim de assegurar e resguardar que os processos de tomada de decisão estejam definidos com clareza e revestidos de adequada segregação de função.

Para isso, possui Comitês que dão suporte à Administração na condução do processo de decisão para cumprimento do direcionamento estratégico, na busca constante de melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. O Grupo conta também com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratadas com confidencialidade, bem como os Códigos de Conduta Ética Setorial, disponíveis a todos os públicos com os quais se relaciona, e um canal de comunicação, objetivando receber informações sobre violações aos princípios contidos nos Códigos, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Destaca-se o CRM - *Corporate Risk Management*, que se constitui em um conjunto de procedimentos de avaliação do nível de governança corporativa, com o propósito de mensurar o entendimento, aderência e comunicação dos temas que compõem o ambiente de controle do Grupo.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Vida e Previdência prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência são executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os principais frameworks de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, processos de negócios e tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, sendo que os resultados obtidos são reportados periodicamente pelo Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria da Organização Bradesco.

Quanto à Lei *Sarbanes-Oxley*, a Bradesco Vida e Previdência é certificada anualmente por Auditoria Independente, que ratifica a efetividade, eficácia e suficiência dos controles que suportam as Demonstrações Contábeis, de acordo com sólidos padrões de conduta.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Vida e Previdência, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às leis e normas relativas aos temas, editadas pelos Órgãos competentes (nacionais e internacionais) e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, no ano de 2013, a Bradesco Vida e Previdência aprimorou as ferramentas tecnológicas, mecanismos de trabalho e os controles existentes, que são permanentemente reavaliados e fundamentais para o processo de prevenção, detecção e comunicação das operações/ocorrências (de ofício e com indícios de suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Merecem destaque os programas de treinamento para conscientização e capacitação constante do quadro de funcionários.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Vida e Previdência, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, o Grupo adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Vida e Previdência, com a finalidade de assegurar a continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, possui Plano de Continuidade de Negócios - PCN, que consiste em um conjunto de estratégias e planos de ação, que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Vida e Previdência. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nesta linha, são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Bradesco Vida e Previdência tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Recursos Humanos

Durante o exercício de 2013, a Companhia manteve o foco na ampliação dos canais de distribuição, na qualidade das vendas realizadas e na especialização das pessoas. O investimento em treinamento possibilitou 79.012 participações de funcionários e de Corretores de Seguros.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência lançou o BVPNext, uma evolução do software "BVPWeb" em que o corretor acessa o programa pela Internet, por meio do site 100% Corretor (www.bradescoseguros.com.br), agilizando assim o processo de digitação das propostas e sem precisar fazer downloads para atualização do programa.

Visando aperfeiçoar o atendimento aos seus clientes, a Bradesco Vida e Previdência implantou uma central de atendimento exclusiva para a comunicação de sinistro de seguros de vida e de acidentes pessoais.

Reconhecimentos

No exercício de 2013, dentre os reconhecimentos do mercado à Bradesco Vida e Previdência, destacam-se os prêmios "Top of Mind", "Segurador Brasil", "Marcas de Quem Decide 2013" e "Empresas Mais Admiradas do Brasil", na categoria Previdência Privada. Liderou, pela oitava vez consecutiva, os rankings em "Lucro Líquido", "Lucro Operacional", "Patrimônio Líquido" e "Prêmios Ganhos", conforme publicado no anuário *Valor 1000*, do jornal Valor Econômico.

Certificação ISO 9001

A Companhia manteve seus investimentos no controle de qualidade, com foco no atendimento e no relacionamento, resultando na manutenção do Certificado ISO 9001:2008, pela Fundação Vanzolini, na área de Pagamento de Sinistros e Benefícios.

Agradecimentos

A Bradesco Vida e Previdência continuará investindo na formação e ampliação dos canais de distribuição, objetivando atingir diferentes segmentos de mercado e proporcionar melhorias nos produtos e serviços oferecidos aos clientes. Continuará, ainda, com sua estratégia de pioneirismo e inovação, centrando esforços no aumento da oferta de produtos e facilitando o acesso à previdência complementar e ao seguro de pessoas no Brasil.

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012	01/01/2012		Nota	2013	2012	01/01/2012
ATIVO					PASSIVO				
CIRCULANTE		98.557.561	86.105.560	70.946.647	CIRCULANTE		5.428.210	4.150.726	3.358.040
Disponível		3.559	962	7.752	Contas a pagar		1.335.463	713.988	577.193
Caixa e bancos		3.559	962	7.752	Obrigações a pagar	11	481.232	79.063	74.113
Aplicações	4	97.553.477	85.560.402	70.511.640	Impostos e encargos sociais a recolher		61.014	49.950	46.164
Créditos das operações com seguros e resseguros		230.121	222.723	172.094	Encargos trabalhistas		8.372	10.066	9.484
Prêmios a receber	6	216.648	206.018	158.420	Impostos e contribuições	12	784.845	574.909	447.432
Operações com seguradoras		12.872	13.048	11.638	Débitos de operações com seguros e resseguros		80.711	83.410	86.609
Operações com resseguradoras	7	601	3.657	2.036	Prêmios a restituir		1.124	1.728	959
Outros créditos operacionais		6.964	7.950	8.202	Operações com seguradoras		17.754	18.485	34.588
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	7	1.190	2.481	1.708	Operações com resseguradoras	7 c	1.120	8.400	10.898
Títulos e créditos a receber		658.935	203.366	120.110	Corretores de seguros e resseguros		60.113	54.797	39.799
Títulos e créditos a receber		600.479	197.771	114.462	Outros débitos operacionais		-	-	365
Créditos tributários e previdenciários	8.a	57.554	3.769	3.674	Débitos de operações com previdência complementar		54	219	4.329
Outros créditos		902	1.826	1.974	Outros débitos operacionais		54	219	4.329
Despesas antecipadas		5.251	15.441	17.386	Dépósitos de terceiros	13	131.148	129.140	50.670
Custo de aquisição diferidos		98.064	92.235	107.755	Provisões técnicas - Seguros	14	2.750.744	2.204.731	1.671.386
Seguros	14.c	98.064	92.235	107.755	Danos		300.542	189.645	131.932
ATIVO NÃO CIRCULANTE		28.105.961	33.079.818	26.300.063	Pessoas		1.028.946	910.689	719.341
Realizável a longo prazo		27.693.035	32.782.429	25.966.606	Vida individual		1.289.328	988.618	733.527
Aplicações	4	27.097.776	31.856.864	25.411.432	Vida com cobertura por sobrevivência		131.928	115.779	86.586
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	7	4.858	7.249	6.782	Provisões técnicas - Previdência complementar	14	1.130.090	1.019.238	967.853
Títulos e créditos a receber		590.401	918.316	548.392	Planos não bloqueados		1.001.808	916.401	892.491
Títulos e créditos a receber		54.783	318.017	-	PGBL/PRGP		128.282	102.837	75.362
Créditos tributários e previdenciários	8.b	52.904	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		115.886.440	108.027.828	89.552.565
Depósitos judiciais e fiscais	15.b	480.595	597.661	548.047	Contas a pagar		-	2.155.025	684.267
Outros créditos a receber		2.119	2.638	345	Tributos diferidos	8 b	-	2.155.025	684.267
Investimentos		281.420	219.242	288.065	Provisões técnicas - Seguros	14	77.400.966	68.041.249	55.371.307
Participações societárias	9	276.653	217.688	286.533	Danos		254.067	151.395	150.125
Outros investimentos		4.767	1.554	1.532	Pessoas		1.495.014	1.505.930	1.385.999
Imobilizado		6.733	5.609	5.917	Vida individual		1.261.599	1.012.812	746.057
Bens móveis		6.732	5.608	5.916	Vida com cobertura de sobrevivência		74.390.286	65.371.112	53.089.126
Outras imobilizações		1	1	1	Provisões técnicas - Previdência complementar	14	37.946.477	37.106.146	32.997.566
Intangível		124.773	72.538	39.475	Planos não bloqueados		16.621.127	16.600.481	15.728.326
Outros intangíveis	10	124.773	72.538	39.475	PGBL / PRGP		21.325.500	20.505.665	17.269.240
TOTAL		126.663.522	119.185.378	97.246.710	Outros débitos		538.997	725.408	499.425
					Provisões judiciais	15 a	538.997	725.408	499.425
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	5.348.872	7.006.824	4.336.105
					Capital social		2.100.000	2.100.000	2.100.000
					Reservas de lucros		2.529.952	1.087.445	877.304
					Ajustes com títulos e valores mobiliários		718.920	3.819.379	1.358.801
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.663.522	119.185.378	97.246.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2013	2012
Prêmios emitidos		4.883.452	4.271.239
Contribuições para cobertura de riscos		1.468.731	1.164.009
Variações das provisões técnicas de prêmios		(1.272.832)	(1.736.092)
Prêmios ganhos	21.a	5.079.351	3.699.156
Receita com emissão de apólices		28.623	-
Sinistros ocorridos	21.b	(1.883.862)	(1.561.301)
Custos de aquisição	21.c	(864.466)	(801.209)
Outras receitas e despesas operacionais	21.d	(166.786)	(76.835)
Resultado com operações de resseguro	21.e	(20.499)	(13.818)
Receita com resseguro		2.288	6.145
Despesa com resseguro	7.c	(22.787)	(19.963)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	4.495	58.163	58.163
Rendas de contribuições e prêmios	21.f	20.838.371	19.706.008
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(20.833.876)	(19.647.845)
Rendas com taxas de gestão	21.g	1.343.752	1.233.216
Variação de outras provisões técnicas		1.434.926	(368.841)
Custos de aquisição		(191.283)	(169.120)
Outras receitas e despesas operacionais	21.h	(242.792)	(62.239)
Despesas administrativas	21.i	(552.468)	(553.863)
Despesas com tributos	21.j	(357.368)	(232.457)
Resultado financeiro	21.k	142.332	2.365.112
Receitas financeiras		7.457.615	10.412.027
Despesas financeiras		(7.315.283)	(8.046.915)
Resultado patrimonial	9	60.033	51.282
Resultado operacional		3.813.988	3.567.246
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(52.304)	(39.006)
Resultado antes dos impostos e participações		3.761.684	3.528.240
Imposto de renda	21.m	(835.683)	(812.839)
Contribuição social	21.m	(518.304)	(490.809)
Participações sobre o resultado		(12.544)	(14.451)
Lucro líquido do exercício		2.395.153	2.210.141
Quantidade de ações		181.570	181.570
Lucro líquido por ação - R\$		13.191,35	12.172,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	2.395.153	2.210.14



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2012	2.100.000	369.435	507.869	1.358.801	-	4.336.105
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.460.578	-	2.460.578
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.210.141	2.210.141
Dividendos antecipados (R\$ 7.336,74 por ação)	-	-	(507.869)	-	(1.332.131)	(1.840.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 881,20 por ação)	-	-	-	-	(160.000)	(160.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	(718.010)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.100.000	420.000	667.445	3.819.379	-	7.006.824
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(3.100.459)	-	(3.100.459)
Complemento de dividendos com reserva de 2012	-	-	(330.513)	-	-	(330.513)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.395.153	2.395.153
Dividendos antecipados (R\$ 330,45 por ação)	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 857,15 por ação)	-	-	-	-	(155.632)	(155.632)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	(1.773.020)	-
Dividendos propostos (R\$ 2.238,81 por ação)	-	-	-	-	(406.501)	(406.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.100.000	420.000	2.109.952	718.920	-	5.348.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

A Companhia controladora direta da Bradesco Vida e Previdência S.A. é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A.

A Bradesco Vida e Previdência, por intermédio de subsidiárias e filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião da Diretoria em 28 de janeiro de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 464/2013, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

De acordo com o item 4 do CPC 36, a preparação das demonstrações contábeis consolidadas desta Companhia não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador direto (Bradesco Seguros S.A.), entidade domiciliada no Brasil, foram preparadas, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de fevereiro de 2014.

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 (que foram derivados das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011), originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, pelos seguintes motivos: i) Os ativos e passivos fiscais diferidos foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial, sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de pensã-los. Esses saldos estão sendo compensados e reapresentados no balanço patrimonial; ii) Reclassificação entre ativo e passivo circulantes e não circulantes relativos a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) de resseguros e seguros, respectivamente.

Abaixo demonstramos um resumo do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, originalmente apresentados, comparativo as demonstrações ora retificadas:

	Saldo divulgado anteriormente em 31/12/2012		Reclassificação	Saldo reclassificado em 31/12/2012	
Ativo					
Circulante	86.108.794	(3.234)		86.105.560	
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	5.715	(3.234)		2.481	
Não Circulante	33.545.031	(465.213)		33.079.818	
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	4.015	3.234		7.249	
Títulos e créditos a receber	1.386.763	(468.447)		918.316	
Créditos tributários e previdenciários	468.447			-	
Total do ativo	119.653.825	(468.447)		119.185.378	
Passivo					
Circulante	4.653.023	(502.297)		4.150.726	
Provisões técnicas - Seguros	2.707.028	(502.297)		2.204.731	
Pessoas	1.370.089	(459.400)		910.689	
Vida individual	1.031.515	(42.897)		988.618	
Não Circulante	107.993.978	33.850		108.027.828	
Contas a pagar	2.623.472	(468.447)		2.155.025	
Tributos diferidos	2.623.472	(468.447)		2.155.025	
Provisões técnicas - Seguros	67.538.952	502.297		68.041.249	
Pessoas	1.046.530	459.400		1.505.930	
Vida individual	969.915	42.897		1.012.812	
Total do Passivo	119.653.825	(468.447)		119.185.378	
	Saldo divulgado anteriormente em 01/01/2012	Reclassificação		Saldo reclassificado em 01/01/2012	
Ativo					
Circulante	70.949.769	(3.122)		70.946.647	
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	4.830	(3.122)		1.708	
Não Circulante	26.584.877	(284.814)		26.300.063	
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3.660	3.122		6.782	
Títulos e créditos a receber	836.328	(287.936)		548.392	
Créditos tributários e previdenciários	287.936	(287.936)		-	
Total do ativo	97.534.646	(287.936)		97.246.710	
Passivo					
Circulante	3.762.648	(404.608)		3.358.040	
Provisões técnicas - Seguros	2.075.994	(404.608)		1.671.386	
Pessoas	1.089.394	(370.053)		719.341	
Vida individual	768.082	(34.555)		733.527	
Não Circulante	89.435.893	116.672		89.552.565	
Contas a pagar	972.203	(287.936)		684.267	
Tributos diferidos	972.203	(287.936)		684.267	
Provisões técnicas - Seguros	54.966.699	404.608		55.371.307	
Pessoas	1.015.946	370.053		1.385.999	
Vida individual	711.502	34.555		746.057	
Total do passivo	97.534.646	(287.936)		97.246.710	

b. Base para avaliação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

• Nota 2d – Classificação dos contratos de seguro;

• Nota 4 – Aplicações;

• Nota 8 – Ativos e passivos fiscais;

• Nota 14 - Provisões técnicas; e

• Nota 15 - Provisões judiciais.

d. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.

e. Disponível

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

f. Aplicações (Caixa e equivalentes de caixa)

A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação e as ações são contabilizadas na data da transação.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Comprende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referências a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decréscimo de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

g. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOvespa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBOvespa e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

h. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma provisão para risco de crédito sobre prêmios a receber, com base em estudo que apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram certo período de tempo em atraso.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática.

j. Ativos intangíveis

i. Softwares

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A amortização do intangível é reconhecida no resultado considerando a taxa linear de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

k. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de impairment desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos serão ajustados ao seu valor recuperável.

l. Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices, e as despesas com agenciamentos e angariações realizadas no período de doze meses.

m. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

n. Provisões técnicas

i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros ocorridos e ainda não Pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial;

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;

As provisões matemáticas de benefícios a conceder vinculadas a seguros de vida e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados;

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos, improvement da Escala G e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco estabelecida pela SUSEP. Improvement é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios;

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde à parte do rendimento financeiro obtido com a aplicação das provisões que excede a rentabilidade mínima dos planos de previdência com cláusula de participação de excedente financeiro;

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os planos de previdência com cláusula de participação em excedente técnico;

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não avisados com base em triângulos de run-off, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros nos últimos 20 trimestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial;

Em outras provisões técnicas (OPT), foram constituídos valores de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 462/2013. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Operações com o Convênio DPVAT



o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exígível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado no FIEs.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 6 meses a 9 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para o exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/vendosos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos (despesas de comercialização diferidas).

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As angariações e agenciamento das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a companhia, encontra-se a IFRS 9 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo macro *hedging*) o comitê do IASB adiou a data de implementação dessa norma para não antes de 2017. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração no seu pronunciamento vigentes, correspondentes a esta norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia.

Consideráveis investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de colaboradores. Tem-se como objetivo elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros do ramo vida, não há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com produtos fundamentalmente massificados.

No que tange as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado abaixo:

Aplicações / Rating	2013				Exposto exclusivamente a risco de mercado		Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	
Valor justo por meio do resultado	88.081.378	2.664.098	258.246	2.675.081	4.685	453.144	411.280
Título de renda fixa privado	65.499.033	2.664.098	258.246	2.675.081	4.685	453.144	411.280
Título de renda fixa público	22.582.345	-	-	-	-	-	-
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-
Disponíveis para a venda	7.914.954	-	92.820	-	-	-	-
Título de renda fixa público	7.876.388	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	38.566	-	92.820	-	-	-	-
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	19.129.876	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa público	19.047.536	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	82.340	-	-	-	-	-	-
Total	115.126.208	2.664.098	351.066	2.675.081	4.685	453.144	411.280

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito e do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

Ativo	Prazo estimado de realização			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	3.559	-	-	3.559
Aplicações (i)	10.793.355	31.675.533	81.631.464	124.100.352
Créditos das operações com seguros e resseguros	230.121	-	-	230.121
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	1.190	4.858	-	6.048
Títulos e créditos a receber (iii)	658.935	537.497	-	1.196.432
Outros créditos operacionais	6.964	-	-	6.964
Despesas antecipadas	5.251	-	-	5.251
Custos de aquisição diferidos	98.064	-	-	98.064
Total ativo	11.797.439	32.217.888	81.631.464	125.646.791

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação dos sinistros. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM – *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com a carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, despesas, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores tais como, níveis de persistência e despesas de administração;
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antes e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios e contribuições de previdência.

Distribuição do Prêmio Emitido Líquido - 2013

Região Geográfica	Previdência		Seguros de		Total
	PGBL	Tradicional	VGBL	Vida	
Sudeste	1.785.395	987.004	13.490.675	3.338.968	19.602.042
Sul	58.864	265.497	1.944.428	440.316	2.709.105
Nordeste	85.007	158.819	1.916.155	268.298	2.428.279
Centro Oeste	21.144	134.089	898.695	243.146	1.297.074
Norte	22.984	65.371	472.975	110.769	672.099
Total	1.973.394	1.610.780	18.722.928	4.401.497	26.708.599

Distribuição do Prêmio Emitido Líquido - 2012

Região Geográfica	Previdência		Seguros de		Total
	PGBL	Tradicional	VGBL	Vida	
Sudeste	1.745.404	833.109	12.270.969	2.892.745	17.742.227
Sul	52.366	186.068	2.012.927	403.887	2.655.248
Nordeste	87.619	142.384	1.867.435	241.004	2.338.442
Centro Oeste	21.802	117.904	880.935	284.901	1.305.542
Norte	24.899	61.724	564.472	107.926	759.021
Total	1.932.090	1.341.189	17.596.738	3.930.463	24.800.480

O valor total da exposição não considera o montante de R\$ 481.955 (R\$ 340.776 em 2012) relativo aos prêmios do convênio DPVAT e Retrocessões.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em Renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência, Previdência e Seguros de Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2013.

O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do LAT com variação nas premissas listadas abaixo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Taxas de	Conversão
	juros	em renda
	Varição	5 pontos
de -5%	0,002%	percentuais
Planos Tradicionais (fase de contribuição)	(108.134)	(17.494)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(191.553)	(31.244)
Todos os planos (fase de concessão)	(85.499)	(23.628)
Vida Individual	(8.196)	11.046
Total	(393.382)	(61.320)

Seguros de Pessoas, exceto Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2013.

Para os seguros de Pessoas, a tabela abaixo apresenta o impacto no Resultado e Patrimônio Líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos 12 meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros de Vida	(20.741)	(20.604)

respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração

Passivo	Prazo estimado de realização			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Provisões técnicas (ii)	10.321.381	30.290.419	78.061.868	118.673.668
Contas a pagar	1.335.463	-	-	1.335.463
Débitos das operações com seguros e resseguros	80.765	-	-	80.765
Depósitos de terceiros	131.148	-	-	131.148
Provisões judiciais (iii)	-	538.997		



A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores. Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros quando os limites são relacionados ao segmento de seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio de uma Companhia. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco	Cenário	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Índice Bovespa em pontos		50,992
Taxa Prefixada de 1 ano		10,59%
Cupom de IPCA de 1 ano		4,07%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Fatores de risco			
	Taxa de juros	Índices de preços	Renda variável	Total sem correlação
Dezembro/2013	(642)	(5.738)	(4.142)	(10.522)
		Variação da taxa		Total com correlação
		Variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Variação do preço de ações	(6.559)

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	2013				Valor contábil/ Valor justo (i)	Valor atualizado	Ajuste a Valor justo (ii)
	De 1 a 30 ou sem vencimento definido	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Valor justo por meio do resultado	54.210.271	3.876.272	12.867.818	25.445.541	96.399.902	96.124.323	275.579
Notas do tesouro nacional - Op. compromissada	38.381.145	-	-	-	38.381.145	38.381.145	-
Letras financeiras de emissores privados	-	2.879.088	5.528.063	5.529.159	13.936.310	13.904.616	31.694
Notas do tesouro nacional	2.665.620	-	1.681.060	7.617.655	11.964.335	11.896.738	67.597
Letras do tesouro nacional - Op. compromissada	10.381.020	-	-	-	10.381.020	10.381.020	-
Letras do tesouro nacional	8.122	949.449	3.243.742	3.440.543	7.641.856	7.595.250	46.606
Certificados de depósitos bancários	-	-	2.269.068	3.343.791	5.612.859	5.604.762	8.097
Letras financeiras do tesouro	15.987	2.830	69.296	2.888.043	2.976.156	2.858.269	117.887
Debêntures	2.414	44.905	16.222	2.579.909	2.643.450	2.639.881	3.569
Ações	1.851.990	-	-	-	1.851.990	1.851.990	-
Quotas de fundos de investimentos	847.023	-	-	-	847.023	847.023	-
Depósito em garantia especial	-	-	60.367	36.046	96.413	96.284	129
Letras financeiras do tesouro - Op. compromissada	56.950	-	-	-	56.950	56.950	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	10.395	10.395	10.395	-
Disponíveis para venda	1.128.215	50.191	27.026	7.916.043	9.121.475	8.976.957	144.518
Notas do tesouro nacional	-	-	-	7.820.026	7.820.026	7.665.007	155.019
Ações	1.113.701	-	-	-	1.113.701	1.131.957	(18.256)
Debêntures	-	-	-	96.017	116.873	104.964	11.909
Letras financeiras do tesouro - judiciais(iii)	-	39.597	14.132	-	53.729	53.728	1
Quotas de fundos de investimentos	9.201	-	-	-	9.201	9.201	-
Fundos de investimentos imobiliários	4.185	-	-	-	4.185	8.392	(4.207)
Letras financeiras do tesouro	-	-	2.632	-	2.632	2.580	52
Notas do tesouro nacional - Op. compromissada	1.128	-	-	-	1.128	1.128	-
Mantidos até o vencimento	1.365	-	507	19.128.004	19.129.876	19.129.876	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	19.047.029	19.047.029	19.047.029	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	80.975	80.975	80.975	-
Notas do tesouro nacional - Op. compromissada	1.365	-	-	-	1.365	1.365	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	507	-	507	507	-
Total	55.339.851	3.926.463	12.895.351	52.489.588	124.651.253	124.231.156	420.097

	2012				Valor contábil/ Valor justo (i)	Valor atualizado	Ajuste a valor justo (ii)
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Valor justo por meio do resultado	31.876.175	18.299.911	280.729	33.232.108	83.688.923	82.970.599	718.324
Notas do tesouro nacional - Op. Compromissada	23.580.575	-	-	-	23.580.575	23.580.575	-
Letras do tesouro nacional - Op. Compromissada	4.737.274	15.132.633	-	-	19.869.907	19.869.907	-
Letras financeiras	70.758	1.254.078	44.079	13.071.369	14.440.284	14.329.438	110.846
Notas do tesouro nacional	13.731	49.983	-	9.912.332	9.977.084	9.477.082	498.964
Certificado de depósito bancário	33.502	945.269	162.194	5.333.860	6.474.825	6.457.109	17.716
Letras do tesouro nacional	7.112	613.519	9.516	2.061.573	2.691.720	2.652.005	39.715
Debêntures	-	26.131	6.482	2.622.394	2.655.007	2.519.667	135.340
Ações	2.286.396	-	-	-	2.286.396	2.378.616	(92.220)
Quotas de fundos de investimento	868.779	-	-	-	868.779	868.779	-
Letras financeiras do tesouro	121.758	6.788	24.898	174.809	328.253	319.569	8.684
Notas Comerciais do Agronegócio	51.569	270.187	-	-	321.756	322.856	(1.100)
Letras financeiras do tesouro - Op. Compromissada	104.721	-	-	-	104.721	104.721	-
Depósito em Garantia Especial	-	-	-	54.795	54.795	54.519	276
Debêntures - Op. Compromissada	-	1.323	33.560	-	34.883	34.883	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	976	976	873	103
Disponíveis para venda	1.871.479	6.592	28.109.889	28.109.889	29.987.960	23.622.329	6.365.631
Notas do tesouro nacional	-	-	-	27.919.780	27.919.780	21.191.847	6.727.933
Ações	1.613.839	-	-	-	1.613.839	1.987.593	(373.754)
Notas do tesouro nacional - Op. Compromissada	197.571	-	-	-	197.571	197.571	-
Debêntures	2.718	-	-	131.625	134.343	121.028	13.315
Letras financeiras do tesouro - judiciais (iii)	-	6.592	-	51.951	58.543	58.436	107
Letras do tesouro nacional - Op. Compromissada	42.174	-	-	-	42.174	42.174	-
Quotas de fundos de investimentos	9.911	-	-	-	9.911	9.911	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	6.533	6.533	6.533	-
Fundos de investimentos imobiliários	5.266	-	-	-	5.266	7.236	(1.970)
Mantidos até o vencimento	-	-	-	3.740.383	3.740.383	3.740.383	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.659.576	3.659.576	3.659.576	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	80.807	80.807	80.807	-
Total	33.747.654	18.306.503	280.729	65.082.380	117.417.266	110.333.311	7.083.955

- (i) A coluna reflete o valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários, exceto para os papéis classificados na categoria "mantidos até o vencimento", cujo valor justo é superior ao valor de custo atualizado no montante de R\$ 1.469.894 mil (R\$ 2.623.544 mil em 2012);
- (ii) Em dezembro de 2013, a Companhia negociou títulos públicos federais disponíveis para venda, no montante de R\$ 4.101.107 mil, e reclassificou a menos valia correspondente a esses ativos, no montante de R\$ 1.164.039 mil, do patrimônio líquido para o resultado do exercício. Em contrapartida, houve a aquisição de títulos de renda fixa com taxas de juros que refletem o atual cenário econômico do País. Ainda durante o exercício, foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.147.265 mil, o que representou a realização da menos valia no montante de R\$ 264.425 mil;
- Adicionalmente, em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu pela reclassificação do montante de R\$ 15.136.703 mil relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$ 1.053.682 mil, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e será reconhecida no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos.
- Considerando a política adotada pela Companhia para caracterização de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda, foi reconhecido no resultado do exercício a despesa, líquida de tributos, no montante de R\$ 111.358 mil (R\$ 135.268 mil em 2012);
- (iii) As letras financeiras do tesouro dadas em garantias de processos judiciais estão apresentadas no ativo não circulante independente do vencimento dos títulos.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2013	2012
Total das provisões técnicas	119.228.277	108.371.364
Total a ser coberto	119.228.277	108.371.364
Quotas de fundos especialmente constituídos	93.443.360	82.964.196
Quota de fundos de investimentos	20.251.340	13.297.804
Títulos de renda fixa - públicos	5.281.167	10.174.124
Ações	1.048.629	1.504.244
Quota de fundos de investimentos (DPVAT)	550.901	338.166
Debêntures	113.676	131.625
Títulos de renda fixa - privados	80.975	80.807
Depósitos judiciais (nota 15b)	54.704	59.437
Parcela correspondente a resseguros contratados (nota 7)	6.048	9.730
Total dado em cobertura	120.830.808	108.560.133
Suficiência	1.602.523	188.769

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de Capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado de atuação do Grupo associado a dimensão da exposição a riscos.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital de risco) pelo respectivo Órgão Regulador.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2013	%	2012	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	96.399.902	77,34%	83.688.923	71,28%
Quotas de fundos especialmente constituídos	93.443.360	74,96%	82.964.196	70,66%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.887.698	2,32%	622.483	0,53%
Fundos de investimentos de terceiros	68.844	0,06%	21.556	0,02%
Títulos de renda variável - fundos de investimentos	-	-	70.104	0,06%
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	-	-	10.584	0,01%
Títulos disponíveis para venda	9.121.475	7,31%	29.987.960	25,53%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	6.538.027	5,25%	21.651.510	18,44%
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	1.283.127	1,03%	6.508.115	5,54%
Títulos de renda variável - ações	1.113.701	0,89%	1.613.839	1,37%
Títulos de renda fixa - debêntures	116.873	0,09%	134.343	0,11%
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial				



e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensurou a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2013, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda" e os fundos de investimentos especialmente constituídos (PBG/LVGBL), atingiu 164,18 % no acumulado do exercício, em relação ao referido benchmark.

f. Movimentação das aplicações financeiras

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	117.417.266	95.923.072
(+) Aplicações	28.029.123	26.162.967
(-) Resgates	(21.713.721)	(18.789.556)
(+) Rendimentos	6.086.016	9.916.920
(+/-) Ajuste a Valor Justo	(5.167.431)	4.100.963
Incorporação Alvorada Vida S.A.	-	102.900
Saldo em 31 de dezembro	124.651.253	117.417.266

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Fundo de Investimento	Mercadoria	Quantidade	Ano de Vencimento	Tipo de Compromisso	Valor de Referência 2013
FRAM Capital Previdência RV 20 FIM	DI1	10	2017	Venda	(663)
				Subtotal	(663)
BGT Pactual HYP Previdência FIM	DI1	330	2014	Compra	32.976
				Subtotal	32.976
BGT Pactual Juros e Moeda FIM	DI1	62	2014	Compra	6.195
				Subtotal	6.195
FRAM Capital Previdência FI RF LP	DI1	1	2017	Venda	(66)
				Subtotal	(66)
FIF Renda Fixa Riviera	DI1	1	2014	Venda	(100)
FIF Renda Fixa Riviera	DI1	1	2015	Venda	(90)
				Subtotal	(190)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	6.583	2014	Venda	(639.732)
Bradesco FI RE Master II Previdência	OC1	50	2014	Compra	4.996
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	22.051	2015	Compra	1.991.736
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	3.140	2015	Venda	(272.851)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	16.091	2016	Venda	(1.227.135)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	55.250	2017	Venda	(3.903.238)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	5.313	2021	Compra	225.407
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	2.542	2023	Venda	(83.571)
				Subtotal	(3.904.388)
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	20	2014	Venda	(1.998)
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	79	2014	Compra	7.580
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	250	2015	Compra	22.435
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	80	2016	Venda	(6.418)
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	70	2016	Compra	5.272
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	90	2017	Compra	6.358
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	30	2018	Compra	1.867
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	35	2021	Compra	1.485
Bradesco FI RF Master Prefixado	DI1	20	2023	Venda	(658)
				Subtotal	35.923
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master	DI1	39	2014	Compra	3.897
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master	DI1	36	2015	Compra	3.252
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master	DI1	7	2016	Compra	561
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master	DI1	1	2017	Compra	71
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master	DI1	1	2020	Compra	48
				Subtotal	7.829
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	20.863	2014	Venda	(2.060.843)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	8.889	2015	Venda	(782.244)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	14.826	2016	Venda	(1.131.797)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	29.354	2017	Venda	(2.071.648)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	615	2018	Venda	(38.271)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	655	2019	Venda	(35.905)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	1.440	2021	Compra	61.093
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	2.472	2023	Venda	(81.269)
				Subtotal	(6.140.884)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	2.490	2014	Compra	247.988
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	2.576	2015	Compra	232.675
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	30	2015	Venda	(2.637)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	751	2016	Venda	(59.204)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	2.534	2017	Venda	(179.019)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	277	2021	Compra	11.752
				Subtotal	251.555
FIM CMD	DOL	15	2014	Compra	1.786
				Subtotal	1.786
Total					(9.709.927)

Fundo de Investimento	Mercadoria	Quantidade	Ano de Vencimento	Tipo de Compromisso	Valor de Referência 2012
Ibiúna Previdência FIM	IND	65	2013	Venda	(3.984)
				Subtotal	(3.984)
FRAM Capital Previdência RV 20 FIM	DDI	50	2020	Venda	(4.195)
				Subtotal	(4.195)
BTG Pactual FI RF	DI1	38	2013	Venda	(3.798)
BTG Pactual FI RF	DI1	77	2013	Compra	7.443
BTG Pactual FI RF	DI1	19	2014	Compra	1.772
BTG Pactual FI RF	DI1	5	2014	Venda	(450)
				Subtotal	4.967
BTG Pactual Juros em Moeda FIM	DI1	855	2013	Venda	(85.454)
BTG Pactual Juros em Moeda FIM	DI1	690	2013	Compra	66.695
BTG Pactual Juros em Moeda FIM	DI1	162	2014	Compra	15.108
BTG Pactual Juros em Moeda FIM	DI1	45	2014	Venda	(4.048)
				Subtotal	(7.699)
FRAM Capital Previdência FI RF Longo Prazo	DDI	30	2020	Venda	(2.517)
FRAM Capital Previdência FI RF Longo Prazo	DI1	50	2017	Venda	(3.615)
				Subtotal	(6.132)
FIF Renda Fixa Riviera	DI1	2	2013	Compra	197
FIF Renda Fixa Riviera	DI1	221	2014	Compra	20.610
				Subtotal	20.807
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	10.667	2013	Venda	(1.048.942)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	36.883	2014	Compra	3.439.680
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	2.932	2015	Venda	(176.709)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	9.230	2016	Venda	(711.200)
Bradesco FI RE Master II Previdência	DI1	3.947	2017	Venda	(285.345)
				Subtotal	1.217.484
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	105	2013	Venda	(10.494)
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	160	2013	Compra	15.541
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	240	2014	Compra	22.202
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	105	2015	Compra	9.022
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	115	2016	Venda	(9.075)
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	10	2016	Compra	755
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	25	2017	Compra	1.807
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	20	2018	Compra	1.323
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	40	2021	Compra	1.987
Bradesco FIF RF Master Prefixado	DI1	35	2023	Compra	1.437
				Subtotal	34.505
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	DI1	19	2013	Compra	1.899
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	DI1	32	2014	Compra	2.984
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	DI1	27	2015	Compra	2.325
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	DI1	5	2016	Compra	394
				Subtotal	7.602
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	11.873	2013	Venda	(1.167.258)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	1.946	2014	Compra	181.482
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	3.665	2015	Venda	(311.794)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	7.089	2016	Venda	(548.068)
Bradesco FI RF Master Previdência	DI1	3.945	2017	Venda	(285.200)
				Subtotal	(2.130.838)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	114	2013	Compra	11.120
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	1.743	2014	Compra	162.551
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	30	2015	Venda	(2.529)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	239	2016	Venda	(18.134)
Bradesco FI RF Master III Previdência	DI1	1	2017	Compra	72
				Subtotal	153.080
Total					(714.403)

IND - Contrato futuro de Ibovespa; DI1 - Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia; DDI - Contrato futuro de cupom cambial; OC1 - taxa média das operações compromissadas de 1 dia. O Resultado do exercício foi de R\$ 217.818 (R\$ 138.200 em 2012) e, não houve valores a receber/pagar em 2013, (R\$ 917 a pagar em 2012).

6 Prêmios a receber

a. Ramos de seguros

	2013	2012
Vida em grupo	77.862	72.455
Prestamista	52.656	41.321
Dotal misto	67.454	72.072
Acidentes pessoais coletivo	26.239	27.000
Vida individual	7.779	6.347
Acidentes pessoais	8.114	6.865
Eventos aleatórios	6.242	4.587
Outros	689	487
Redução ao valor recuperável	(30.387)	(25.116)
Total	216.648	206.018

b. Faixas de vencimento

	2013	2012
A vencer		
Até 30 dias	119.314	114.316
De 31 a 120 dias	2.428	1.359
Acima de 121 dias	2	30
Total a vencer	121.744	115.705
Vencidos:		
Até 30 dias	89.245	76.943
De 31 a 120 dias	27.675	31.813
Acima de 121 dias	8.371	6.673
Total vencidos	125.291	115.429
Subtotal	247.035	231.134
Redução ao valor recuperável	(30.387)	(25.116)
Total	216.648	206.018

c. Movimentação dos prêmios a receber

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro (*)	179.890	131.300
(+) Prêmios emitidos	4.887.929	4.374.611
(+) IOF	17.165	12.929
(-) Prêmios cancelados	(427.511)	(347.306)
(-) Recebimentos	(4.461.506)	(3.987.209)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(5.271)	(4.435)
Saldo em 31 de dezembro (*)	190.696	179.890

(*) Não contempla os prêmios de riscos vigentes não emitidos e prêmios de cosseguro aceito no montante de R\$ 25.952 (R\$ 26.128 em 2012).

7 Ativos de resseguro e operações com resseguro

a. Composição

	2013	2012
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	2.569	5.502
Provisão de sinistros a liquidar	3.479	3.047
Provisão benefícios a regularizar	-	1.181
Sinistros a recuperar	601	3.657
Total	6.649	13.387

b. Movimentação de ativos de resseguro

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	13.387	10.525
Reversão/Constituição de provisões	(2.933)	4.305
Sinistros recuperados	(2.813)	(4.042)
Atualização monetária e juros de sinistros	(258)	977
Provisão de sinistro a recuperar	(734)	1.622
Saldo em 31 de dezembro	6.649	13.387

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2013				
		Prêmio cedido	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar
IRB Brasil Resseguros	Local	22.555	1.720	2.323	601	3.479
Outros	Admitida	232	-	-	-	-
		22.787	1.720	2.323	601	3.479

Resseguradores	Categoria	2012				
		Prêmio cedido	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar
IRB Brasil Resseguros	Local	19.301	8.177	3.541	3.657	3.047
Outros	Admitida	578	223	-	-	-
Outros	Eventual	84	-	-	-	-
		19.963	8.400	3.541	3.657	3.047

8 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2013	2012	01/01/2012
Impostos a compensar	57.554	3.769	3.674
Total	57.554	3.769	3.674

b. Créditos tributários e Tributos diferidos líquidos

	2013	2012	01/01/2012
Créditos tributários diferidos (i)	570.070	468.447	287.936
Obrigações fiscais diferidas (ii)	(517.166)	(2.623.472)	(972.203)
Total	52.904	(2.155.025)	(684.2



	2012				
	VGBL	PGBL	Tradicionalis	Vida*	Total
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	65.020.316	17.943.880	8.629.988	1.729.285	93.323.469
Provisão matemática de benefícios concedidos.....	62.842	1.033.640	4.850.196	-	5.946.678
Provisão de insuficiência de contribuição.....	-	1.573.709	3.488.314	-	5.062.023
Provisão de sinistros a liquidar - judicial.....	-	-	-	805.711	805.711
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo.....	-	-	-	219.778	219.778
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados.....	-	-	23.522	918.989	942.511
Provisão de insuficiência de prêmio.....	335.858	-	-	132.903	468.761
Provisão de resgates e outros valores a regularizar.....	52.895	15.855	11.708	595.148	675.606
Provisão de excedente financeiro.....	42	-	367.966	25	368.033
Provisão de benefícios a regularizar - judicial.....	-	-	50.411	76.345	126.756
Provisão de benefícios a regularizar - administrativo.....	-	-	23.840	24.580	48.420
Provisão de prêmios não ganhos.....	-	-	-	187.868	187.868
Provisão de despesas administrativas.....	14.938	41.417	58.000	4.531	118.886
Provisão de riscos não expirados.....	-	-	12.157	4.778	16.935
Outras provisões.....	-	-	780	59.149	59.929
Total das provisões.....	65.486.891	20.608.501	17.516.882	4.759.090	108.371.364

* Inclui DPVAT e retrocessões.

i. Até novembro de 2013, por autorização da SUSEP, era utilizada uma taxa de juros para desconto do fluxo do passivo atuarial baseada em estudo próprio e, consequentemente, a rubrica "Provisão complementar de cobertura" refletia o resultado desta taxa. Em dezembro de 2013, por determinação da SUSEP, passou-se a ser utilizada a taxa de desconto "ETTJ - Estrutura a Termo de Taxas de Juros", que acarretou no aumento da rubrica "Outras provisões técnicas" e na diminuição da rubrica "Provisão complementar de cobertura", que produziu uma reversão líquida de R\$ 1.840.309 no resultado do exercício sendo R\$ 10.231 na rubrica "Variação das provisões técnicas de prêmios" para os produtos de previdência - risco para os produtos de previdência - Renda uma variação de R\$ 1.830.078 na rubrica "Variação de outras provisões técnicas".

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros - Vida e Previdência - Planos Tradicionais de Risco

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro.....	10.076.249	8.435.683
(-) Seguros DPVAT e retrocessões.....	(341.040)	(282.056)
Subtotal em 1º de janeiro.....	9.735.209	8.153.627
Constituição.....	2.056.541	1.804.505
Reversão.....	(902.784)	(73.553)
Sinistros avisados.....	1.394.941	1.255.614
Sinistros, benefícios e resgates pagos.....	(2.254.803)	(1.828.783)
Ajuste de estimativa de sinistros.....	(303.696)	(246.414)
Atualização monetária e juros de sinistros.....	655.933	670.213
Subtotal em 31 de dezembro.....	10.381.341	9.735.209
(+) Seguros DPVAT e retrocessões.....	554.609	341.040
Saldo em 31 de dezembro.....	10.935.950	10.076.249

e. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Vida - Sinistros brutos de resseguro

	Ano do Aviso do Sinistro									
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Montante estimado para os sinistros										
No ano do aviso.....	816.255	624.866	778.085	819.262	885.177	997.287	1.183.335	1.228.706	1.303.216	
Um ano após o aviso.....	778.352	608.403	766.642	829.831	909.937	1.006.142	1.180.974	1.219.349	-	
Dois anos após o aviso.....	755.274	590.246	772.788	845.582	926.808	1.012.326	1.181.021	-	-	
Três anos após o aviso.....	747.555	586.480	776.168	841.047	920.827	1.002.115	-	-	-	
Quatro anos após o aviso.....	738.165	590.823	779.660	838.726	927.503	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso.....	738.659	583.930	773.646	836.488	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso.....	734.144	580.137	778.029	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso.....	725.395	581.401	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso.....	720.079	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base.....	720.079	581.401	778.029	836.488	927.503	1.002.115	1.181.021	1.219.349	1.303.216	8.549.201
Pagamentos de sinistros efetuados.....	(698.041)	(545.574)	(701.005)	(787.369)	(856.416)	(908.557)	(1.064.600)	(1.070.045)	(958.400)	(7.590.007)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativos e judicial).....	22.038	35.827	77.024	49.119	71.087	93.558	116.421	149.304	344.816	959.194

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros relacionados ao Convênio DPVAT no montante de R\$ 300.710 e operação de retrocessão de R\$ 3.903.

f. Desenvolvimento da provisão de sinistro judicial - vida

	PSL	Resseguro
Saldo em 1º de janeiro de 2013.....	882.056	4.015
(-) Total pago no exercício.....	(405.293)	(1.285)
Total provisionado até 31/12/2012 para ações pagas no exercício.....	(229.389)	(1.285)
Quantidade de ações pagas no exercício.....	15.376	1
(+) Novas constituições referentes a citações do exercício.....	266.648	2
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício.....	23.164	-
(+) Constituições referentes a citações de exercícios anteriores.....	74.756	1.590
(-) Baixas por êxito.....	(29.787)	-
(+/-) Alteração de estimativas.....	109.067	(843)
(-) Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros.....	(24.980)	(266)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	872.467	3.211

15 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.

As principais discussões são:

- CSLL - R\$ 14.134 (R\$ 13.809 em 2012): pleiteia calcular e recolher a CSLL, relativa ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na respectiva base de cálculo, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.
- INSS - Valor depositado judicialmente R\$ 144.479 (R\$ 111.768 em 2012) e valor provisionado - R\$ 144.479: Discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro e previdência, instituída, inicialmente pela Lei Complementar nº 84/1996, e após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando o valor depositado. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

iii. Processos cíveis

As ações propostas referem-se a assuntos pertinentes à atividade comercial normal desenvolvida pela Companhia, sendo assuntos referentes à devolução de contribuições de planos previdenciários, à cobrança de benefícios e indenizações por danos morais.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013.....	408.317	11.434	305.657	725.408
Constituições.....	161.220	3.626	103.063	267.909
Reversões/Pagamentos.....	(19.931)	(4.702)	(67.682)	(92.315)
Reversões de processos - Objeto de anistia fiscal (i).....	(407.114)	-	-	(407.114)
Atualização monetária.....	45.109	-	-	45.109
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	187.601	10.358	341.038	538.997
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012.....	244.907	11.582	242.936	499.425
Constituições.....	149.731	5.823	174.065	329.619
Reversões/Pagamentos.....	(54)	(5.971)	(111.344)	(117.369)
Atualização monetária.....	13.733	-	-	13.733
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	408.317	11.434	305.657	725.408

(i) refere-se a baixa de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários (Lei nº 12.865/2013).

Em novembro de 2013, a Bradesco Vida e Previdência aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela lei nº 12.865/2013, utilizando-se da prerrogativa do artigo 17, que reabriu, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009.

Na Bradesco Vida e Previdência, os principais processos incluídos nesses programas referem-se aos questionamentos: (i) IRPJ e CSLL - auto de infração, referente à glosa de despesas com perdas que foram deduzidas da base de cálculo dos referidos tributos; (ii) CSLL - Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano base 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa.

Considerando as determinações específicas dos referidos programas, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão.

O total líquido resultante da adesão aos programas foi, substancialmente, registrado na rubrica de "Outras Receita Operacionais". A Bradesco Vida e Previdência não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a Lei nº 12.865/2013.

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2013	2012
IR e CSLL.....	99.394	226.840
Cíveis e trabalhistas.....	181.782	197.428
Sinistros.....	54.704	59.437
INSS.....	144.479	113.305
Outros.....	136	651
Total.....	480.495	597.661

16 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 181.570 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Foram creditados aos acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 155.632 (R\$ 160.000 em 2012), calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido, limitados a 50% do resultado antes da provisão para o imposto de renda. Os juros reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 62.253 (R\$ 64.000 em 2012).

A distribuição de lucros foi calculada como se segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício.....	2.395.153	2.210.141
Constituição da reserva legal.....	-	(50.565)
Base de cálculo dos dividendos.....	2.395.153	2.159.576
Dividendos antecipados.....	60.000	1.332.131
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte).....	132.287	136.000
Dividendos propostos.....	406.501	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício.....	25,00%	67,98%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de março de 2013, foi deliberado pagamento de dividendos à Bradesco Seguros S.A., única acionista da sociedade, no montante de R\$ 100.000 como complemento dos dividendos de exercício encerrado em 2012.

Em 2 de setembro de 2013 foi deliberado, por meio de reunião de Diretoria o pagamento de dividendos antecipados, por conta do resultado do exercício de 2013, no montante R\$ 60.000.

Em Ata de Reunião da Diretoria, realizada em 26 de dezembro de 2013, foi deliberado pagamento de dividendos à Bradesco Seguros S.A., única acionista da sociedade, no montante de R\$ 230.513 oriundos da conta "Reserva de lucros - Estatutária 2012". Nos pagamentos de dividendos, não houve a retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.249/1995.

ii. Seguros - Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro.....	65.486.891	53.175.712
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento.....	18.616.864	17.469.175
Pagamento de benefícios.....	(13.037)	(8.495)
Pagamento de resgates.....	(12.201.838)	(9.155.922)
Atualização monetária e juros.....	3.026.956	4.359.943
Outras movimentações.....	(393.622)	(353.522)
Saldo em 31 de dezembro.....	74.522.214	65.486.891

iii. Previdência - PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro.....	32.808.224	29.396.717
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento.....	2.100.389	2.093.058
Pagamento de benefícios.....	(473.760)	(394.260)
Pagamento de resgates.....	(1.541.817)	(1.276.002)
Atualização monetária e juros.....	1.847.372	2.690.842
Outras movimentações.....	(970.295)	297.869
Saldo em 31 de dezembro.....	33.770.113	32.808.224

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro.....	92.235	107.755
Constituição.....	122.009	113.282
Apropriação.....	(116.180)	(128.802)
Saldo em 31 de dezembro.....	98.064	92.235

d. Aging de sinistros judiciais

	2013			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Provisão de sinistros a liquidar.....	191.784	280.725	456.214	928.723
Total.....	191.784	280.725	456.214	928.723

	2012			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Provisão de sinistros a liquidar.....	127.759	279.310	398.642	805.711
Provisão de benefícios a regularizar.....	14.352	41.219	71.185	126.756
Total.....	142.111	320.529	469.827	932.467

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. Em dezembro de 2013, o saldo da reserva manteve o limite permitido por lei e, dessa forma não foi constituído nenhum valor no exercício de 2013.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

A administração irá propor ao acionista que delibere pelo aumento de capital ou por pagamento de dividendos em montante equivalente a parcela de reservas de lucro que exceder o valor do capital social da seguradora ao final do exercício.

17 Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de



a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R\$ 9.200 (R\$ 10.700 em 2012), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 9.200 (R\$ 10.800 em 2012) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2013	2012
Proventos	7.866	9.099
Encargos sociais	1.770	2.047
Planos de previdência complementar de contribuição definida	8.087	9.256
Total	17.723	20.402

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4, tem como contraparte o Banco Bradesco S.A.

20 Principais ramos de atuação

Ramos	2013		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	3.456.815	38,09	21,31
DPVAT e retrocessão	483.165	87,51	1,44
Previdência - risco	1.139.371	12,60	10,61
Total	5.079.351		

Ramos	2012		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	2.989.021	40,47	23,04
DPVAT e retrocessão	336.935	87,91	1,47
Previdência - risco	373.200	29,13	28,79
Total	3.699.156		

21 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2013	2012
Prêmios diretos	4.535.565	4.107.314
Contribuições de riscos	1.468.731	1.164.009
Prêmios convênio DPVAT	481.954	340.775
Prêmios de retrocessões	1	1
Prêmios cedidos cosseguros	(134.068)	(176.851)
Variações das provisões técnicas	(1.272.832)	(1.736.092)
Total	5.079.351	3.699.156

b. Sinistros ocorridos

	2013	2012
Sinistros	(1.294.541)	(1.197.826)
Sinistros de consórcios e fundos	(405.210)	(271.926)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(168.957)	(156.836)
Serviço de assistência	(64.129)	(42.962)
Recuperação de sinistros	48.951	108.155
Ressarcimentos	24	94
Total	(1.883.862)	(1.561.301)

c. Custos de aquisição - Seguros e previdência

	2013	2012
Comissões e agenciamento	(751.360)	(681.245)
Comissões de riscos	(120.861)	(107.459)
Inspeção de riscos	(3.051)	(2.647)
Varição das despesas de comercialização diferidas	5.829	(15.520)
Recuperação de comissões	4.977	5.662
Total	(864.466)	(801.209)

d. Outras receitas e despesas operacionais – Vida

	2013	2012
Despesas com administração de apólice	(61.480)	(43.685)
Receita com DPVAT	(35.166)	3.138
Outras despesas operacionais	(27.650)	(28)
Provisão para riscos de crédito	(16.519)	233
Despesas com lucros atribuídos	(15.745)	(13.860)
Provisão de processos judiciais cíveis	(9.394)	(22.368)
Despesas com encargos sociais	(832)	(265)
Total	(166.786)	(76.835)

e. Resultado com operações de resseguro

	2013	2012
Prêmios resseguros cedidos	(22.787)	(19.963)
Varição da provisão IBNR – Resseguro	(2.933)	764
Receitas com participações em Lucros	2.898	1.840
Recuperação de indenização de resseguro	2.323	3.541
Total	(20.499)	(13.818)

f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	2013	2012
VGBL	18.722.928	17.596.738
PGBL	1.973.394	1.932.090
Previdência	142.049	177.180
Total	20.838.371	19.706.008

g. Rendas com taxas de gestão

	2013	2012
VGBL	954.412	925.480
PGBL	377.669	292.130
Previdência	11.671	15.606
Total	1.343.752	1.233.216

h. Outras receitas e despesas operacionais – Previdência

	2013	2012
Provisão para riscos sobre outros créditos	(299.196)	(41.254)
Provisão de processos judiciais cíveis	(25.987)	(40.353)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.008)	19.368
Outras receitas operacionais - Anistia (i)	84.399	-
Total	(242.792)	(62.239)

(i) Refere-se ao efeito da reversão da provisão anteriormente registrada, relativa a adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários.

i. Despesas administrativas

	2013	2012
Despesas com pessoal próprio	(314.024)	(262.336)
Honorários da administração	(7.523)	(9.099)
Ordenados	(69.798)	(73.868)
INSS/FGTS	(42.134)	(38.182)
Planos de previdência privada	(16.639)	(18.442)
Outras	(177.930)	(122.745)
Despesas com localização e funcionamento	(88.816)	(83.228)
Despesas com serviços de terceiros	(56.181)	(83.252)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(36.692)	(34.213)
Despesas com donativos e contribuições	(31.643)	(27.918)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(20.996)	(19.234)
Despesas administrativas diversas	(4.604)	(42.922)
Despesas com publicações	488	(760)
Total	(552.468)	(553.863)

j. Despesas com tributos

	2013	2012
Despesas com COFINS	(279.720)	(175.605)
Despesas com PIS	(45.454)	(28.536)
Despesas com ISS	(26.876)	(24.666)
Despesas com taxa de fiscalização	(3.417)	-
Outras despesas com tributos	(1.901)	(3.650)
Total	(357.368)	(232.457)

k. Resultado financeiro

i. Receitas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios	3.828.937	5.644.615
Receitas com títulos de renda fixa	3.429.002	4.582.553
Outras receitas financeiras	60.707	34.224
Receitas com títulos de renda variável - Juros ao capital próprio e dividendos	59.717	-
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	38.548	32.167
Receitas com títulos de renda variável	40.013	116.676
Receitas com operações de seguros e resseguros	691	1.792
Total	7.457.615	10.412.027

ii. Despesas financeiras

Atualização monetária - VGBL	(3.026.956)	(4.359.943)
Atualização monetária - Planos Previdência e PGBL	(2.350.883)	(3.204.673)
Despesas com títulos de renda fixa	(1.164.039)	-
Despesas com títulos de renda variável	(309.822)	-
Despesas com operações com seguros e resseguros	(217.418)	(173.513)
Recuperação ao valor recuperável de títulos de renda variável	(185.596)	(225.447)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(15.460)	(15.571)
Atualização monetária de processos judiciais	(45.109)	(61.768)
Total	(7.315.283)	(8.046.915)

l. Resultado financeiro por categoria

	2013	2012
Títulos a valor justo por meio do resultado	3.966.151	3.778.646
Títulos disponíveis para venda	1.624.549	5.500.129
Títulos mantidos até o vencimento	599.190	521.605
Total	6.189.890	9.800.380

m. Imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias	140.957	152.087
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.494.944)	(1.455.735)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.353.987)	(1.303.648)

n. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Resultado antes de impostos e participações	3.761.684	3.528.240
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.504.674)	(1.411.296)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas	24.013	20.506
Participações no lucro	5.018	5.780
Juros sobre capital próprio	62.253	64.000
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis:	59.402	62.282
Dividendos	12.702	7.682
Contribuições para entidade de classe	(1.080)	(1.088)
Outros	58.149	65.545
Doações e patrocínios	(10.369)	(9.857)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	1	(44.920)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(1.353.987)	(1.303.648)
Alíquota efetiva	35,99%	36,95%

22 Informações complementares

a. Outras Informações.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/2013) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A MP 627/2013 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da MP 627/2013 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

DIRETORIA

Lúcio Flávio Conduzê de Oliveira	- Diretor-Presidente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	- Diretor	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Ivan Luiz Gontijo Júnior	- Diretor-Gerente	Tarcísio José Massote de Godoy	- Diretor	Atuário - MIBA nº 809
Jair de Almeida Lacerda Júnior	- Diretor	Alexandre Nogueira da Silva	- Diretor	João Batista Zorzete
Eugênio Liberatori Velasques	- Diretor	Vinicius José de Almeida Albernaz	- Diretor	Contador - CRC 1SP248285/O-9
Enrique Adan Y Coello	- Diretor			

PARECER ATUARIAL

Aos Acionistas e a Diretoria da Bradesco Vida e Previdência S.A. Cidade de Deus - Osasco - SP Em atendimento a Circular SUSEP Nº 272 de 22/10/2004, e a Carta Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 002/08 de 11/02/2008, procedemos a Avaliação Atuarial para todos os planos de Previdência Complementar e Seguros de Pessoas da Bradesco Vida e Previdência em 31 de dezembro de 2013. O trabalho foi conduzido de acordo com as normas e melhores práticas atuariais, abrangendo a revisão, análise e consistência das Provisões Técnicas, visando aferir possíveis desvios nas hipóteses atuariais dos planos e seguros vigentes. As provisões técnicas apresentadas em 31 de dezembro de 2013 foram calculadas de acordo com as normas vigentes e

suas respectivas Notas Técnicas Atuariais, mostrando-se adequadas e suficientes para fins da presente Avaliação Atuarial. Em 31 de dezembro de 2013 os desvios verificados nas coberturas por sobrevivência encontravam-se totalmente integralizados sob a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), representando 1,24% do total das Provisões Técnicas, sendo 0,77% referente a participantes ativos e 0,47% referente a participantes inativos. Tendo em vista o acima disposto, consideramos a Bradesco Vida e Previdência em equilíbrio técnico atuarial quanto aos compromissos assumidos com seus participantes e segurados.

São Paulo, 28 de janeiro de 2014

Jair de Almeida Lacerda Júnior

Atuário MIBA nº 809

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Reapresentação dos valores correspondentes** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2(a), em decorrência da compensação entre ativos e passivos fiscais diferidos e da segregação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), entre ativo e passivo circulantes e não circulantes, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 (que foram derivados das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011), apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ079849/O-3